

**(RE) SIGNIFICANDO A DIFERENÇA FRENTE A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO**

**(RE) MEANING THE DIFFERENCE AGAINST DIVERSITY AND INCLUSION**

**(RE) SIGNIFICADO LA DIFERENCIA EN CONTRA DE LA DIVERSIDAD Y LA INCLUSIÓN**

Fátima Elisabeth Denari<sup>1</sup>

**RESUMO:** Busca-se neste ensaio apresentar alguns conceitos, análises e sugestões de ações que podem ser efetivadas considerando o aporte legal e as políticas de educação especial vigentes no Brasil; a própria história de lutas de pessoas em situação de deficiência pela garantia de seus direitos à inclusão educacional, laboral e social. A expressão “pessoas em situação de deficiências” tem sua base assentada nos pilares da sociologia da deficiência que muda o foco paradigmático da diferença e do desvio: antes centrados na pessoa, agora centrados na sociedade que a constitui. Discute-se a autonomia escolar diante a diversidade, os sentidos atribuídos à escola e à inclusão, o papel da mídia e das instituições na formação de identidades. Tem-se como sugestões de planejamento e de ações integradas ao poder público e setores da sociedade civil, visando promover a inclusão de pessoas em situação de deficiências em uma sociedade mais humana e equitativa.

**Palavras-chaves:** Educação Especial. Deficiências. Diversidade. Inclusão.

**ABSTRACT:** This essay seeks to present some ideas, analyzes and suggestions of actions that can be carried out considering or legal contribution to the special education policies in force in Brazil; The own history of struggles of people in a situation of deficiency for the guarantee of serious directives to educational, labor and social inclusion. In expressing “people in a situation of deficiencies”, its base is established in the pillars of the sociology of the deficiency that changes or paradigmatic focus of the difference and the deviation: previously centered on people, now centered on the society that has been constituted. School autonomy is discussed due to diversity, the meanings attributed to school and inclusion, or the role of media and institutions in the formation of identities. It is feared as suggestions for planning and integrated actions to the public power and sectors of civil society, aiming to promote the inclusion of people in a situation of deficiencies in a more humane and equitable society.

**Key Words:** Special Education. Deficiencies. Diversity. Inclusion.

---

<sup>1</sup> Professora da DPsi/PPGEEs/UFSCar. Doutora em Metodologia do Ensino (UFSCar).

**RESUMEN:** Este ensayo busca presentar algunos conceptos, análisis y sugerencias de acciones que se pueden realizar considerando el aporte legal y las políticas de educación especial vigentes en Brasil; la propia historia de las luchas de las personas con discapacidad para garantizar sus derechos a la inclusión educativa, laboral y social. La expresión “personas con discapacidad” se basa en los pilares de la sociología de la discapacidad, que cambia el enfoque paradigmático de la diferencia y la desviación: antes centrada en la persona, ahora centrada en la sociedad que la constituye. Se analiza la autonomía escolar ante la diversidad, los significados atribuidos a la escuela y la inclusión, el papel de los medios de comunicación y las instituciones en la formación de identidades. Tiene como sugerencias de planificación y acciones integradas al gobierno y sectores de la sociedad civil, con el objetivo de promover la inclusión de las personas con discapacidad en una sociedad más humana y equitativa

**Palabras Claves:** Educación Especial. Discapacidades. Diversidad. Inclusión

O conjunto de objetivos da política de Educação Especial (EE) atualmente ainda em vigência no âmbito nacional, destina-se a garantir o atendimento educacional do alunado com necessidades educativas especiais (NEE) e/ou deficiências (sensoriais, físicas e intelectual), Transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades, cujo direito de igualdade de oportunidades nem sempre é respeitado. Busco, aqui, apoio nas palavras de Beyer (2006, p.9), quando aponta para a necessidade “de uma revisão conceitual da representação construída ao longo dos anos, da pessoa com deficiência”, recomendando cuidado para que sejam evitadas definições ontológicas. “A deficiência é uma situação de vida que, ainda que constituindo um estado permanente, não deve definir atributos individuais” (Beyer, 2006, p.9)

A expressão “pessoas em situação de deficiências”, aqui adotada, tem sua base conceitual no âmbito da sociologia da deficiência que pondera sobre a influência do meio e da cultura na constituição do sujeito. De certa forma, esse entendimento traduz um alento significativo que busca aliviar estigmas perpetuados pelo modelo tradicional de classificação das deficiências, qual seja, calcado nos paradigmas médico e psicológico que (ainda!) dominam a área de educação especial no Brasil. “Pessoas em situação de deficiência – expressão atribuída especialmente às pessoas com deficiência intelectual, condiciona-se ao entendimento de que esta, exceto nas formas mais severas originadas de patologias específicas, resulta de fatores sócio-econômicos e sociais, de sua privação e das desigualdades por estes desencadeados” (Denari, 2011, p. 16)

Todos aqueles que lidam com Educação sabem que, hoje em dia, a palavra de ordem é inclusão, tida como o atendimento a estes alunos, preferencialmente, em classes regulares; ou,

quando necessário, que se faça uso dos demais serviços previstos: atendimento educacional especializado, classe especial, sala de recursos, classes hospitalar, escola especial, entre outros.

Inclusão a pretender, portanto, que todos os alunos tenham direito a uma educação igual e de qualidade; que todos os alunos sejam vistos no seu todo quanto aos aspectos referentes ao seu desenvolvimento biológico, psicológico e social, classe social, etnia; que a todos os alunos seja provida uma educação que respeite suas necessidades e características que, na sua essência, constituem direitos fundamentais da pessoa; que a todos os alunos seja facilitada a sua transição para a vida ativa, de tal forma que possam mover-se na sociedade a que por direito pertencem, com a maior autonomia e independência possíveis.

Neste sentido, a escola e os professores encontram uma população discente cada vez mais heterogênea. Uma população que engloba um conjunto de alunos com NEE, entre estes, aqueles com deficiências sensorial, motora e mental a cujas características os professores terão, necessariamente, de responder. O mesmo é dizer que, com a inclusão, a escola terá de servir de palco à diversidade cultural e educacional que a realidade de hoje lhe confere.

Segundo Fernandes e Denari (2017, p.80)

A diversidade alude às circunstâncias dos sujeitos de serem diferentes (algo que, em uma sociedade tolerante, liberal e democrática é digno de respeito). A diferença não é somente uma manifestação do ser único que cada um é: em muitos casos, é a manifestação de poder ou de chegar a ser e de participar dos bens sociais, econômicos e culturais. Contrapomos o universo ao homogêneo, confrontamos o desigual com a equiparação, que é a aspiração básica da educação, pensada como capacitação para aumentar as possibilidades.

Assim, a cada ano, a Educação Especial vem assumindo uma importância maior frente à perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia; esta, por sua vez, somente poderá ser alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para o exercício de sua plena cidadania.

Mas, como o discurso democrático nem sempre corresponde à prática das interações humanas, alguns segmentos da sociedade permanecem à margem, discriminados, exigindo ordenamentos sociais específicos. Situam-se aí, as pessoas com NEE (entre elas, deficiências, condutas típicas e altas habilidades). Geralmente tidas como desviantes, têm uma história de luta em prol de seus direitos à vida, ao trabalho, à escolarização, à inserção social.

Na defesa dos interesses coletivos visando a promoção de ações eficazes que propiciem a viabilidade destas condições, urge rever o processo pelo qual, uma determinada audiência estipula critérios que, ao julgar uma pessoa como diferente, torna-a a partir deste

juízo um ser menor, desviante, excluído da sociedade e, paradoxalmente, dela dependente.

O aparato de conhecimentos/saberes produzidos pela modernidade constitui narrativas cuja finalidade é tornar administráveis os objetos sobre os quais versam (Foucault, 1987). Conhecer o que deve ser governado é parte da estratégia que permite a regulação e o controle das pessoas que habitam as sociedades organizadas. Tornar-se cidadão ou cidadã, neste sentido, é fazer-se parte integrante de um corpus governável porque disciplinado, regulado e normalizado por saberes que dispõem sobre seus modos de ser e de agir. Segundo Saviani (1986, p.76) “ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade”.

Como isto se relaciona com a escola, os currículos, a diversidade, a diferença?

É fácil perceber que os saberes, produzidos no quadro desta política da representação, inundam os currículos escolares, os compêndios, as enciclopédias, os livros didáticos, as cartilhas; e imprimem marcas indelévels nos códigos normativos, no comportamento, nas concepções psicológicas, na literatura, nas artes em geral, nas retóricas pedagógicas, familiares e religiosas, na mídia e em outros dispositivos culturais. Estes saberes traduzem-se nas práticas reguladoras e reguladas, concebidas para nos tornarmos o que somos e especialmente disseminadas no âmbito escolar.

Por força de um sistema econômico e social ao qual pertence, a “escola tem papel importante e mesmo com as condições adversas do contexto econômico-político-ideológico tem função específica que, exercida de forma competente, deve possibilitar a apropriação do saber por todos os cidadãos” (Jannuzzi, 2004, pp.188-189).

Neste movimento, alguns fatores exercem forte influência, dentre eles, a mídia, quer seja no sentido de divulgar ações positivas e sucessos no planejamento e execução de inclusão, quer seja no sentido de justificar possíveis inadequações quanto a acessos, encaminhamentos, currículos. Nas palavras de Hillesheim e Capellari (2021, p. 3): “pressupõe-se que a mídia cumpre uma função de produção de sentidos, construindo a própria realidade”.

Diante do exposto, surge a questão: não estaríamos, desta forma, irreversivelmente aprisionados pelas narrativas que nos instituem? Certamente estamos. Mas parece que este não é o problema, e sim, quem produz os relatos que inventam as identidades, tidas como representações históricas e socialmente construídas. Assim, é possível e preciso preencher o mundo com histórias que falem sobre as diferenças, que descrevam infinitas posições espaço-

temporais de seres no mundo, pois,

novas narrativas, outras imagens, novos saberes podem ser constituídos na escola com a participação dos alunos, na riqueza de sua diversidade. Não é preciso se entregar ao preconceito: o professor é capaz de superar o mecanismo da auto-defesa que se manifesta diante de uma situação que evidencia o seu próprio desconhecimento, buscando ampliar seu contato com a realidade do aluno diferente da norma” (Reily, 2005, p.8).

Desta forma, quando nas escolas, inicia-se um processo de inclusão, a partir da leitura e interpretação do currículo oficial visando adaptá-lo às necessidades dos alunos ali escolarizados, os professores deparam-se com uma situação especialmente laboriosa. No entendimento proposto por Rodrigues (2001, p. 18) “apesar de ter alertado a escola tradicional para a diferença, fica francamente aquém do objectivo de integrar todos os alunos, conseguindo, quando muito, resultados na integração de alunos com alguns tipos de deficiência”. Em consequência, há que oferecer projetos pedagógicos de forma que, juntamente com outras ações, possam melhorar a qualidade do ensino.

Dadas a complexidade e a amplitude do campo a abordar, ajuda e orientação não podem ser pontuais e nem restritas; ao contrário, necessitam de análises em profundidade de todos os aspectos implicados e requerem cuidados em todas as fases de intervenção, uma vez que a tão desejada democratização do ensino passa pela competência docente, como nos diz Fusari (2003, p. 26) “É na sala de aula e por intermédio da competência docente que o educador escolar – professor – vai fazer a mediação (“entrar no meio”) competente (crítica, criativa...) entre os educandos e os conteúdos curriculares, construindo, assim, de forma sistemática e intencional, a aprendizagem de conhecimentos, atitudes e habilidades nos educandos”.

Enquanto educadores, estamos continuamente confrontados com a limitação de nossas metodologias e dos conceitos que ensinamos; com o intrincado e, ao mesmo tempo, fascinante funcionamento do ser humano; com as categorias disponíveis à compreensão dos nossos alunos. Confrontos desta magnitude nos forçam a indagar: como agir de modo a respeitar as diferenças em uma instituição cuja estrutura reflete aspectos profundamente homogeneizantes? Como transformar, competentemente, a escola de modo a responder às necessidades do mundo moderno? Como garantir que programas de formação inicial e continuada (ainda que em seus níveis mais elementares) incluam conteúdos pedagógicos/curriculares voltados para o estudo e a compreensão das diferenças?

As respostas a estas e outras questões que tentamos contemplar em nossa prática profissional envolvem uma discussão política e pedagógica da qual, invariavelmente, os agentes educacionais, professores e gestores são excluídos. A discussão e a tomada de

decisões, via de regra, estão restritas aos setores técnicos governamentais, aos representantes de organismos internacionais e empresariais. No entanto, o desafio que se apresenta de forma mais contundente, refere-se à necessidade de facultar conhecimentos que possam desencadear novas atitudes por parte destes profissionais, para que estes, por sua vez, possam desempenhar responsável e satisfatoriamente, seu papel de agente transformador da educação, no sentido proposto por Nóvoa (1991, p. 109):

“educar significa instituir a integração dos educandos como agentes em seu lugar designado num conjunto social, do qual nem eles, nem seus educadores, têm o controle. Significa assegurar ao mesmo tempo a promoção desses mesmos educandos e, portanto, de seus educadores, em atores de sua própria História individual e da História coletiva em curso”.

Como, então, a escola e o Estado justificam a exclusão de alunos a partir da constatação de diferenças – nem sempre fidedignas mas, quase sempre questionáveis? Sabemos que

...apesar dessas evidências e das análises progressivamente mais precisas da fabricação das desigualdades e do fracasso a partir dos anos 60, o modo dominante de organização da escolaridade não mudou muito: agrupam-se os alunos conforme a sua idade (que presumidamente indica o nível de desenvolvimento) e os seus conhecimentos escolares, em turmas que falsamente se crê serem homogêneas o suficiente para que cada um tenha chance de assimilar o mesmo programa durante o mesmo tempo” (Perrenoud, 2005, p. 81).

Há que pensar, ainda, em um projeto cujas características não sejam reforçadoras de rótulos que, uma vez atribuídos, excluam pessoas de seu meio, impossibilitando-as a uma vida escolar, social e laboral. Na busca de possíveis entendimentos é necessário considerar duas condições básicas: a cronicidade dos aspectos que determinam as necessidades especiais e a evolução histórica do atendimento a estas necessidades, condições estas que nem sempre são familiares aos saberes dos professores, “saberes estes tidos como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional, dos saberes das disciplinas, dos currículos e da experiência” (Tardiff, 2002, p.67).

Este entendimento nos remete à reflexão de uma nova identidade na formação do agente educacional que contemple a formação inicial, que faça da formação continuada um vetor de profissionalização, ao invés de um simples aporte e técnicas de ensino, que introduza dispositivos concretos de criatividade, responsabilidade, confiança e avaliação construtiva. Isto porque, de um lado, as mudanças sociais derivam novas questões para os projetos educacionais, sendo uma delas, a diversidade cultural; de outro lado, os agentes educacionais tornam-se agentes de mudanças, a partir da subjetividade e da reconstituição da identidade.

Talvez daí, possa resultar uma compreensão de que não se pode resolver o problema das desigualdades e das diferenças, sem antes, acelerar a profissionalização e aumentar as

competências do professor. Porém, mesmo com esta compreensão, não há garantias de que possamos chegar a obter, de fato, conseqüências almeçadas. No entanto, cumpre ressaltar que competências pedagógicas e didáticas permitiriam aos professores cooperar sobre uma base comum, racional, que os levariam a resolver problemas conjuntamente. Este seria o passo inicial para uma mudança, com qualidade, tanto para a Educação, quanto para a Educação Especial. E ainda que não seja tão fácil encontrar opções que partam da diversidade do alunado, é necessário salientar a existência de estratégias que nos permitem variar a interpretação para dar-lhes encaminhamentos e soluções. Neste sentido, temos como pressupostos:

1. Transformar o problema em um objetivo: proceder a uma revisão e um re-planejamento do que ocorre nos distintos espaços em que nos movemos (escola, sala de aula, entornos sociais) e aquilo que nestes mesmos espaços encontramos (problemas, conteúdos, materiais, recursos,)
2. Tomar conhecimento do que é rotineiro, a fim de transformá-lo, quando houver conveniência ou for necessário.
3. Imprimir sentido ao habitual.

Para que se cumpram estas condições, faz-se urgente esclarecer as finalidades do sistema educativo em geral e de cada etapa, em particular. As etapas têm de ter um sentido próprio e este não poderá restringir-se somente ao acadêmico: há de ter, também, um sentido social, com base em dimensões típicas das diferentes sociedades. Cada etapa teria de ser definida em função das habilidades sociais de uma pessoa, ao finalizá-la, do tipo de problemas a enfrentar e dos recursos e ferramentas para esse enfrentamento. Logo, reitera-se a necessidade de um trabalho conjunto de todos os setores envolvidos com a formação da pessoa em situação de deficiência e de seus professores. Para tanto, deveriam compor esse rol:

#### AS DIMENSÕES ESTABELECIDAS:

1. **A Dimensão legal** – amparada no aporte legal que rege as políticas educacionais em nível federal, estadual e municipal pretende-se o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo. Para tanto, faz-se necessário constituir uma comissão especializada com vistas a:
  - manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino;
  - examinar os problemas da Educação Infantil, do ensino Fundamental, da Educação Especial do Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica e oferecer sugestões para soluções;
  - deliberar sobre as Diretrizes Curriculares Propostas pelo Município em consonância com os órgãos reguladores das políticas nacionais e estaduais;
2. **A Dimensão processual** - para a consolidação de políticas públicas de atendimento à diversidade e às pessoas em condição de deficiência, TEA e AH, há que se ter como produto, resultados de estudos documentais, consultorias especializadas, pesquisas de campo, consulta pública e audiências públicas.

Essas ações devem contar com a participação de instituições, professores especialistas e pesquisadores na construção de documento que reafirma o princípio do respeito à diversidade e da constituição de uma escola inclusiva para todos, efetivamente. Que seja baseada em conceitos, que tenha aplicabilidade, que haja definição de papéis e competências a serem desenvolvidas na implementação da oferta de serviços.

3. **A Dimensão Normativa** – prerrogativa dos órgãos reguladores das políticas municipais, em consonância com os órgãos estaduais e federais, envolvendo secretarias e diretorias de educação e secretarias de educação especial. O documento a ser aprovado deve prever equidade de oportunidades na educação ao longo da vida. Para tanto, há que conter marco regulatório para formação docente em todos os níveis, desde o ensino infantil, ensino fundamental, médio e técnico, em parceria com instituições e escolas públicas, particulares e institucionais do município; bem como, prever formação continuada dos docentes, periodicamente.
4. **As parcerias** – constituem-se de importância capital no sentido de oportunizar planejamento e execução de ações de caráter educativo, social e comunitário, por meio de profissionais especialistas. Como sugestão, este documento deveria conter, ainda, normativas que regulamentem a parceria com outras secretarias do município, primeiramente: em seguida do Estado, culminando com a Federação, não dispensando a colaboração de Organizações Não Governamentais (ONG) e demais setores da sociedade, a saber:
  - 4.1 - **secretaria de esporte e lazer** – visando a prática desportiva tanto nas escolas, quanto em espaços e associações públicas, em parceria com clubes, entidades de prestação de serviços e universidades. Deve prever, também, a formação continuada de docentes da área da Educação Física, em parceria com entidades oficiais paralímpicas, com vistas ao desenvolvimento das modalidades específicas voltadas às pessoas com deficiência. Criar modalidades de lazer para todos.
  - 4.2 - **secretaria da saúde** – visando atendimento (preferencial) em UPAS e demais entidades conveniadas; visando a criação de um Serviço de Saúde Especial, voltado à pessoa em condição de deficiência, cujas características sejam de um atendimento humanizado quer em situação de prevenção, de rotina e de internação. Para tanto, há que se estabelecer parcerias com universidades públicas e particulares envolvendo as áreas da saúde: Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Odontologia e Medicina.
  - 4.3 - **secretaria de educação** – Promover a escola mais inclusiva; rever plano municipal de educação, bem como sua regulamentação; redimensionar serviços e práticas escolares e docentes e atuação de pessoal de apoio; adequação de espaços e mobiliário escolares; revisão das políticas de tradutor e intérprete de libras e a função de cuidador;
  - 4.4 - **secretaria de obras e urbanização** – rever toda a política de acesso e acessibilidade, colocação de rampas e piso acessível, removendo barreiras físicas que impedem a livre circulação de todas as pessoas, notadamente aquelas com mobilidade reduzida e usuárias de cadeiras de rodas e/ou muletas ou bengalas; estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas, órgãos representativos;
  - 4.5 - **secretaria de turismo** – adequar na medida do possível, os espaços públicos e pontos de interesse à visitação, tais como: parque ecológico, museus, com implantação de recursos de acesso e acessibilidade seguindo normativa da ABNT, colocação de placas indicativas em Braille.
  - 4.6 - **secretaria da cultura** – desenvolver projetos que sejam acessíveis a todas as pessoas, principalmente àquelas com deficiência, em parceria com universidades públicas e privadas, clubes de serviço, SESC, entre outros;
  - 4.7 - **Secretaria de Educação Especial – ou coordenadoria de educação especial.** Sistematizar o Conselho das pessoas com deficiência e inseri-lo nas políticas e decisões a serem executadas; organizar, em parceria com as demais secretarias

a política de atendimento à pessoa com deficiência, desde a creche até a finalização da escolaridade e colocação no mercado de trabalho;

**4.8 - Secretaria do Trabalho** – apoiar a colocação laboral de pessoas com deficiência, nos diversos setores públicos; organização de cursos, em parceria com órgãos e setores da municipalidade (SENAI, SENAC, escolas técnicas) de forma a capacitar pessoas com deficiência para a vida independente;

**4.9 - Secretaria de Administração** – captar, destinar e realocar recursos financeiros para a consolidação de políticas voltadas às pessoas com deficiência;

**4.10 - Secretaria de Serviço Social** – prestar assistência à pessoa com deficiência e suas famílias em sua relação com todos os setores da municipalidade – do escolar, à saúde, ao trabalho e à vida independente

**4.11 - Secretaria de Segurança Pública** – prestar assistência à pessoa em situação de deficiência, bem como às suas famílias, preservando a integridade física, moral e psicológica na garantia de seus direitos de cidadãos.

Para que tais dimensões e parcerias sejam viabilizadas visando a educação de pessoas em situação de deficiências, há que se pensar em: rever paradigmas à luz da contemporaneidade, que contemplem a diversidade tanto quanto possível; rever construções e desconstruções que nos foram e ainda são impostas pela educação que recebemos de instituições sociais (família, escola e igreja) e que estão contemplados no aparato jurídico (Bianchetti, 2002); que possamos buscar e fazer chegar às pessoas em situação de deficiências, suas famílias e professores e à sociedade em geral, à luz das descobertas científicas, o conhecimento teórico e sua previsível execução (as práticas tão desejadas) para que se efetivem as mudanças pretendidas. Para tanto, ousou deixar aqui algumas sugestões que extrapolam o âmbito escolar, mas que nele podem ser adotadas objetivando o preparo ao longo da vida.

1. Jardinagem – adoção de praças e espaços públicos para manutenção (criação e manutenção de viveiros de plantas);
2. Padaria – criação de uma padaria modelo para aprendizado e posterior colocação no mercado;
3. Lanchonete – criação de uma lanchonete modelo para aprendizado e posterior colocação no mercado
4. Serviços Pet – Mundo Animal – criação de um serviço especializado voltado a animais domésticos (banho, tosa, por exemplo), em parceria com clínicas veterinárias e serviço municipal de atendimento a animais);
5. Hortas comunitárias – criação e manutenção sob supervisão, de hortas comunitárias para aprendizado e posterior colocação no mercado de trabalho;
6. Fotografia – cursos em parceria com fotógrafos voluntários e/ou SENAC e demais entidades para expressão de criatividade;
7. Auxiliar de pedreiro e pintor – em parceria com SENAC ou demais serviços;

8. Administração da casa (limpeza, manutenção);
9. Habilidades pessoais (costura, bordado, trabalhos manuais, pequenos consertos, pintura)
10. Mecânico (em parceria com SENAI)

Em sua estrutura básica, a proposta de um atendimento integrado baseado nos pressupostos da sociologia da deficiência tem por objetivo entender o funcionamento diferente da pessoa em condição de deficiência. Para tanto, refere-se a princípios, marcos legais, diagnóstico da realidade, finalidades, tendo por objetivos apoiar as pessoas com deficiência e suas famílias, criar e manter serviços e recursos especializados. Caberá, ao poder público, complementar essas reflexões com outros estudos, consultas públicas e institucionais com especialistas, audiências públicas e outros recursos, visando ampliar o papel orientador das diretrizes, delimitando atribuições dos participantes do processo educacional, espaços de atuação escolar e demais setores da municipalidade, estabelecer regime de colaboração e parcerias, bem como delimitar as responsabilidades dos sistemas, das redes, das escolas, dos professores e das famílias das pessoas em situação de deficiência.

## REFERÊNCIAS

- Bianchetti, Lucídio (2002). Um olhar sobre a diferença: As múltiplas maneiras de olhar e ser olhado e suas decorrências. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, 8 (1).
- Denari, Fátima E. (2011). Autonomia escolar das pessoas em condição de (d)eficiências. *Revista @mbiente Educação*, 4 (1).
- Fernandes, Ana P. da C., Denari Fátima, E. (2017). Pessoa com Deficiência: estigma e identidade. *Revista da FAEEBA*. Educação e Contemporaneidade. Salvador, 26(50).
- Fusari, J.C. (1990). *O professor de 1º. Grau: trabalho e formação*. São Paulo, Loyola.
- Hillesheim, B., Cappelari, A. (2019). Os corpos da inclusão; mídia e relações com a diferença. *Revista Educação Especial*. Santa Maria: UFSM, 32.
- Novoa, Antoni (1991). Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, 4.
- Perrenoud, Philippe (2005). *Escola e cidadania: O papel da escola na formação para a democracia*. Porto Alegre: ARTMED.
- Reily, Lúcia. (2005). *Deficiência e Diversidade na escola*. (Trabalho apresentado em Sessão Especial, na 28ª. Reunião da ANPED), Caxambu
- Rodrigues, David (2001). *A Educação e a diferença*. Rodrigues, d. (ORG) educação e

diferença: Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva. Porto: Porto Editora.

Saviani, Demerval (1980). *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez.

Tardif, Maurice, Raymond, D (2000, dezembro). *Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério*. *Educação e Sociedade*, ano XXI, 73.